

De:

Bloco de Esquerda

Concelhia de Torres Vedras

Concelhia de Alenquer

Concelhia da Azambuja

Para:

Em^{os} Srs:

Primeiro Ministro

Ministro das Finanças

Ministro do Planeamento e das Infraestruturas

Ministro do Ambiente e Transição Energética

Ministro da Administração Interna

Secretário de Estado das Autarquias Locais

Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade

Presidente da CCDR Lisboa e Vale do Tejo

Presidente da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

Presidente da Câmara Municipal de Alenquer

Presidente da Câmara Municipal de Azambuja

Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã

Presidente da Câmara Municipal do Cadaval

Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos

Assunto: Preço dos transportes coletivos inter concelhos e de ligação a Lisboa

Foi decidido que os habitantes da AML (Área Metropolitana de Lisboa), terão acesso a passes de valor reduzido para as deslocações em transportes públicos, sendo que para deslocações entre concelhos, o valor máximo será de 40€ mensais e para deslocações dentro do concelho, o valor máximo será de 30€ mensais pagando cada família um máximo de 80€ mensais, decisão essa que abrange os concelhos de Mafra, Loures, Vila Franca de Xira, Sintra, Odivelas, Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal e Sesimbra.

Entendemos que esta decisão teve por base e justificação principal, facilitar o uso dos transportes públicos para as deslocações pendulares diárias de e para a capital, uma vez que a cidade de Lisboa concentra em si a maior fatia de empregabilidade da região afetada e de estabelecimentos de ensino frequentados por quem estuda.

Não podemos deixar de louvar essa decisão, uma vez que a redução drástica do valor gasto em transportes representa uma fatia importante do orçamento familiar que ficará disponível para outras despesas, melhorando desta forma a capacidade financeira das famílias.

Consideramos, no entanto, que a decisão veio criar diferenças de direitos entre cidadãos, uma vez que, nomeadamente a norte de Lisboa, existem concelhos pertencentes ao distrito de Lisboa que ficaram de fora das medidas de redução de preços, também eles contendo uma importante fatia de população que se desloca diariamente para Lisboa para estudar ou exercer a sua profissão.

Entendemos que neste país onde, de acordo com a Constituição da República, todos os cidadãos devem ser tratados de forma igual pelo Estado, não poderá existir tal diferenciação.

A título de exemplo prático, referimos que de acordo com esta decisão de alteração de preços de transportes, um cidadão que resida na localidade de Barril, freguesia da Encarnação, concelho de Maфра, que dista 61,1km do centro de Lisboa, pagará para se deslocar à capital em transporte público coletivo a quantia de 40€ mensais contra um cidadão da cidade de Torres Vedras, que dista 50,6km do mesmo centro de Lisboa e que pagará cerca de 165€ mensais (inclui metropolitano). Da mesma forma, um cidadão que resida em Setúbal pagará 40€ mensais distando do centro da capital 49,0km, enquanto que um cidadão de Alenquer a 46,0km do centro de Lisboa pagará apenas para chegar ao Campo Grande (periferia de Lisboa), cerca de 123,15€ (não inclui transportes no interior de Lisboa).

se extrapolarmos estes valores para famílias de 2 ou 3 elementos, comparamos valores máximos de 80€ nos concelhos beneficiados, contra múltiplos dos valores atuais para os concelhos que ficaram de fora deste benefício.

Consideramos estas diferenças entre cidadãos inaceitáveis num Estado que intenta tratar todos os seus cidadãos de igual forma, pelo que exigimos que as medidas que beneficiam os cidadãos da área metropolitana de Lisboa, nas suas deslocações pendulares, sejam estendidas a todos os concelhos do distrito de Lisboa, todos eles com um importante número de deslocações pendulares diárias entre os seus pontos de origem e a capital.

Bloco de Esquerda

Concelhias de Torres Vedras, Alenquer e Azambuja